

Economia Solidária no Sul Catarinense

Ações e Perspectivas

**Patrícia Martins Goulart
Dimas de Oliveira Estevam**
Organizadores



2013 ©Copyright UNESCO – Universidade do Extremo Sul Catarinense
Av. Universitária, 1105 – Bairro Universitário – C.P. 3167 – 88806-000 – Criciúma – SC
Fone: +55 (48) 3431-2500 – Fax: +55 (48) 3431-2750

Reitor
Gildo Volpato
Pró-Reitora de Ensino de Graduação
Robinalva Borges Ferreira
Pró-Reitora de Pós-Graduação, Pesquisa e Extensão
Luciane Bisognin Ceretta
Pró-Reitora de Administração e Finanças
Kátia Aurora Dalla Libera Soratto
Editor Chefe
Carlos Renato Carola

Conselho Editorial

Alexandra Ioppi Zugno	Marcos Marques da Silva Paula
Carlos Renato Carola (Presidente)	Melissa Watanabe
Dimas de Oliveira Estevam	Patrícia Martins Goulart
Gladir da Silva Cabral	Renan Pedra de Souza
Gustavo Costa Ferreira	Ricardo Luiz de Bittencourt
Leopoldo Pedro Guimarães Filho	Robson dos Santos
Luciano da Silva	

Revisão e preparação dos originais: **Fátima Beghetto e Bona Littera – Assessoria Linguística**

Projeto gráfico e diagramação: **Sônia Maria Borba**

Capa: **Gisele Savi**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

E19 Economia solidária no Sul catarinense: ações e perspectivas / Patrícia Martins
Goulart, Dimas de Oliveira Estevam, organizadores. – Criciúma, SC : Ed.
UNESC, 2013.
296 p. ; 23 cm.

Vários autores

ISBN: 978-85-88390-86-7

1. Economia solidária – Santa Catarina, Região Sul. 2. Cooperativas –
Santa Catarina, Região Sul. 3. Economia social. 4. Cooperativismo. I. Título.

CDD. 22ª ed. 334

Bibliotecária Rosângela Westrupp – CRB 0364/14ª
Biblioteca Central Prof. Eurico Back – UNESC

Patrícia Martins Goulart
Dimas de Oliveira Estevam
Organizadores

ECONOMIA SOLIDÁRIA NO SUL CATARINENSE

Ações e Perspectivas

COLABORADORES

Ana Paula Colombo Plácido	Manuela Constante Pereira
Armando de Melo Lisboa	Mario Ricardo Guadagnin
Camila Bez Batti	Murialdo Canto Gastaldon
Daniel Coral	Neuza Mafra
Devaneide De Brida	Patrícia Martins Goulart
Dimas de Oliveira Estevam	Realdino José Busarello
Euclides André Mance	Renata Tiscoski
Gisele Silveira Coelho Lopes	Rodrigo Dias de Vívar e Soler
Giseli Arns	Rodrigo Kulkamp
Joelcy José Sá Lazarini	Rodrigo Lessa Pereira
Juliana Marcolino	Rosa Nadir Teixeira Jerônimo
Kristian Madeira	Silvia Batista Von Borowski

Criciúma
Unesc
2013

PREFÁCIO

Início o breve texto que prefacia esta obra rememorando a trajetória do pensamento acadêmico sobre o tema da economia solidária no Brasil. Até meados dos anos de 1990, o conhecimento do tema era restrito; embora Luis Razeto¹ mencionasse a expressão desde os anos 80 (seu livro *Las donaciones y la economía de solidaridad* teve a primeira edição publicada em 1984), no Brasil ainda não se falava nesses termos sobre as experiências populares autogestionárias.

A partir daí, com o florescimento de experiências derivadas de diversos veios populares, houve interesse e adesão crescentes por parte dos acadêmicos; embora um tanto dividido entre atitudes de ceticismo ("isso não vai dar certo, é funcional ao capitalismo") e atitudes de militantismo ("é a nova esperança de efetivação da justiça", "uma nova forma de socialismo!"), conforme as aspirações ético-morais e preferências teóricas dos autores. Contudo, a partir dos anos 2000, com a crescente institucionalização do fenômeno, crescimento das iniciativas e finalmente a criação da SENAES², constituiu-se em plenitude um *campo social*, no sentido de Bordieu, e entre os estudiosos vimos consolidar-se um *objeto de estudo*, com todas as suas contradições e ambiguidades, múltiplas faces, complexidades.

Esses estudos têm levado à necessária crítica de aspectos vitais da sociedade contemporânea, seu conteúdo intelectual, suas estruturas institucionais/organizacionais e seus modos de ação e modos de trabalho, o que em muito pode contribuir para sua transformação. E este livro que o leitor tem em mãos é um dos bons exemplos dessa contribuição importante: suas análises, atuais e pertinentes, inquiram do nível microssocial ao setorial, e ao macroeconômico, dando conta de um largo espectro de fenômenos relacionados ao campo da economia solidária e cooperativa. Fenômenos esses que incluem espaços-tempo que vão dos círculos da vida cotidiana aos circuitos mais amplos de troca de bens, serviços, saberes e afetos.

O livro inicia-se com um capítulo sobre a categoria do bem-viver, da qual faz parte o exercício livre, colaborativo e eticamente determinado do poder, a estar presente nas atividades socioeconômicas e culturais em geral. Dinâmicas objetivas e subjetivas que podem vir a construir espaços

¹ RAZETO, Luis. Economia de solidariedade e organização popular. In: GADOTTI, Moacir; GUTIÉRREZ, Francisco (Orgs.). *Educação comunitária e economia popular*. São Paulo: Cortez, 1993.

² Secretaria Nacional de Economia Solidária, criada em 2003 pelo Governo Lula.

de bem viver em nossa sociedade são analisadas desde distintas óticas e diversos campos do saber, nos textos que seguem.

Em perspectiva interdisciplinar, os autores e autoras enfocam, nos ensaios e pesquisas, os sujeitos sociais relegados a uma condição de ausência produzida, e clamam pela necessidade de uma epistemologia cosmopolita, visivelmente empregada nos estudos que embasam a obra.

Quer partindo da área da psicologia social, da filosofia, da economia ou outros campos de conhecimento; seja pesquisando casos empíricos, seja abordando questões teóricas relevantes à análise do campo ou rememorando as suas instituições de referência, o conjunto de textos que forma o livro convida a olhar para a diversidade dos espaços que constituem o campo da economia solidária e cooperativa. E essa busca empreendida pelos caminhos que a constroem cotidianamente nos leva ao reconhecimento do outro, importante num mundo pautado mais pela competição do que pela cooperação, e que, contudo, jamais deixou de procurar as possibilidades de vida regidas pela lógica da solidariedade.

Os empreendimentos estudados (grupos, associações e cooperativas de diferentes segmentos) e as experiências nos CAPS, Cáritas e demais instituições de apoio, de algum modo, propõem a possibilidade de projetos diferentes de sociedade. Recusando a razão metonímica, para Boaventura de Sousa Santos aquela que reduz a complexidade do mundo à perspectiva do paradigma hegemônico, tentam organizar-se, participando de experiências populares autogestionárias (em graus variáveis), inventando jeitos diversos de viver, trabalhar, agregar e incluir.

A esse projeto aderem trabalhadores/as, universidades, órgãos públicos, comunidades através de seus agentes representativos: todos esses atores, os vemos nas páginas dos capítulos aqui publicados, agindo, pensando, construindo sua experiência histórica através do ensaio e do erro com as experimentações (única possibilidade de construção do novo para nós, humanos).

Ademais, a importância social de trabalhos como este, em última instância, é dar cada vez mais visibilidade à multiplicação de lutas sociais que almejam construir modos de vida mais solidários, justos e inclusivos. Contribuem no processo de criar um ethos que privilegia a promoção de valores e práticas sociais de resistência aos modos de produção da vida voltados à acumulação ilimitada e concentrada de capital.

Marília Veríssimo Veronese
Porto Alegre, junho de 2012.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	9
--------------------	---

PARTE I – Economia Solidária e Perspectivas Teóricas

O BEM-VIVER	15
<i>Euclides André Mance</i>	
EMPREENHIMENTOS SOLIDÁRIOS DENTRO DOS PRESSUPOSTOS DA AUTOGESTÃO: UM LEVANTAMENTO BIBLIOMÉTRICO ENTRE OS ANOS DE 1999 A 2009.....	39
<i>Gisele Silveira Coelho Lopes & Giseli Arns</i>	
ECONOMIA SOLIDÁRIA: CONTRIBUIÇÕES EM PSICOLOGIA SOCIAL	71
<i>Sílvia Batista Von Borowski & Patrícia Martins Goulart</i>	
FINANÇAS POPULARES, TERRITÓRIO E RECIPROCIDADE	87
<i>Armando de Melo Lisboa</i>	

PARTE II – Economia Solidária: Cooperativismo virtual ou não patrimonial

COOPERATIVISMO E MULTIFUNCIONALIDADE NO CAMPO: UM ESTUDO DO CASO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DOS AGRICULTORES FAMILIARES DE FORQUILHINHA – SC (COONAFOR).....	103
<i>Joelcy José Sá Lanzañini, Dimas de Oliveira Estevam, Realdino José Busarello & Rodrigo Kulkamp</i>	
ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO FORMÁ DE EMANCIPAÇÃO E AUTONOMIA DE AGRICULTORES FAMILIARES E JOVENS DO CAMPO: O PROCESSO DE CRIAÇÃO DA COOPERRICA	131
<i>Dimas de Oliveira Estevam, Joelcy José Sá Lanzañini, Daniel Coral & Renata Tiscoski</i>	
COOPERATIVISMO VIRTUAL OU NÃO PATRIMONIAL: O CASO DA COOPERATIVA DE PRODUÇÃO AGROINDUSTRIAL DE NOVA VENEZA (COOFANOVE)	155
<i>Dimas de Oliveira Estevam, Juliana Marcolino, Joelcy José Sá Lanzañini & Kristian Madeira</i>	
A COOPERATIVA DA AGRICULTURA E PESCA FAMILIAR DE IÇARA (COOPAFI) NA PERSPECTIVA DA ECONOMIA SOLIDÁRIA	179
<i>Dimas de Oliveira Estevam, Camila Bez Batti, Joelcy José Sá Lanzañini & Kristian Madeira</i>	

PARTE III – Economia Solidária: Relatos de Extensão

FÁBRICA DE ESTOPAS MULHERES DO MIRASSOL: UM EMPREENDIMENTO EMANCIPATÓRIO	213
<i>Ana Paula Colombo Plácido, Rodrigo Lessa Pereira & Murialdo Canto Gastaldon</i>	
ECONOMIA SOLIDÁRIA E COOPERDUS: UM RELATO DE EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA.....	229
<i>Patricia Martins Goulart & Manuela Constante Pereira</i>	
COLETA SELETIVA SOLIDÁRIA E INCLUSÃO SOCIAL: FORTALECENDO AS FRENTES DE TRABALHO E A REDE DE SOLIDARIEDADE JUNTO AOS CATADORES E TRABALHADORES COM MATERIAL RECICLÁVEL DE CRICIÚMA – SC	243
<i>Rosa Nadir Teixeira Jerônimo & Mario Ricardo Guadagnin</i>	
ECONOMIA POPULAR SOLIDÁRIA: CONSIDERAÇÕES DA CÁRITAS DIOCESANA DE CRICIÚMA.....	261
<i>Neuza Mafrá & Devaneide De Breda</i>	
ECONOMIA SOLIDÁRIA COMO ESTRATÉGIA DE FORTALECIMENTO PSICOSSOCIAL: RELATO DE UMA INTERVENÇÃO NO CAPS II DE CRICIÚMA/SC	279
<i>Patricia Martins Goulart & Rodrigo Dias de Vivar e Soler</i>	

APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos o livro *Economia Solidária no Sul Catarinense: Ações e Perspectivas*.

Esta publicação é fruto de fóruns, grupos de estudos, pesquisas e intervenções desenvolvidos por meio do Programa de Ações em Economia Solidária (PAES – Unesc) e do Grupo de Pesquisa e Extensão *Trabalho, Subjetividade e Políticas Públicas CNPq – Unesc*, durante os anos de 2009 e 2010.

A expectativa deste projeto é partilhar alguns dos caminhos trilhados em direção à autogestão e ao cooperativismo no Sul de Santa Catarina, fortalecer as redes de colaboração solidária e, especialmente, contribuir para sensibilizar o público acadêmico quanto aos modos de fazer, produzir e consumir na perspectiva da Economia Solidária (ES).

Nessa linha, organizamos este livro em três partes, as quais estão distribuídas em treze capítulos. A primeira se atém a abordagens teóricas em ES; a segunda apresenta casos práticos orientados sob o modelo de cooperativismo virtual ou não patrimonial; e a terceira centra em relatos de extensão e intervenções desenvolvidas em Santa Catarina.

O capítulo “O Bem-Viver” centra na conferência de Euclides André Mance, proferida no II Seminário de Pesquisa e Extensão do Mestrado de Ciências Sociais Aplicadas da Unesc, no ano de 2010. O tema Bem-Viver, um dos conceitos-chave em Economia Solidária, tece um contraponto com a perspectiva aristotélica da “boa vida”, considerando uma retrospectiva histórica. A contribuição desse autor se apresenta propositalmente em linguagem falada, a fim de aproximar o público do clima daquele evento, o qual precedeu a I Feira de Economia Solidária da Universidade do Extremo Sul Catarinense – Unesc.

O capítulo seguinte, escrito por Gisele Silveira Coelho Lopes e Giseli Arns, apresenta cuidadoso levantamento de dados sobre estudos que tiveram como foco empreendimentos solidários regidos pela autogestão e que foram publicados entre os anos de 1999 e 2009. Tal estudo nos cla-

rifica sobre o que tem sido produzido em âmbito nacional, com atenção a um dos princípios básicos da Economia Solidária, inscrito na autonomia dos trabalhadores com relação à gestão dos empreendimentos.

"Economia Solidária: contribuições em Psicologia Social", escrito por Sílvia Batista Von Borowski e Patrícia Martins Goulart, versa sobre as possibilidades e desafios impostos à Psicologia, com atenção ao teor dos estudos publicados entre os anos de 2003 e 2010 nesse campo.

O capítulo "Finanças Populares, Território e Reciprocidade" nos brinda com as considerações, conceitos e reflexões de Armando de Melo Lisboa, considerando longa trajetória em Economia Solidária, impondo-nos uma reflexão.

Os capítulos seguintes se reportam a empreendimentos autogeridos por agricultores rurais, acompanhados por extensionistas da Unesc e membros da EPAGRI – SC, por intermédio do PAES, a citar: "Cooperativismo e Multifuncionalidade no campo: um estudo do caso da cooperativa de produção agroindustrial dos agricultores familiares de Forquilha – SC (COONAFOR)", de autoria de Joelcy José Sá Lanza-rini, Dimas de Oliveira Estevam, Realdino José Busarello e Rodrigo Kulkamp; "Economia Solidária como forma de emancipação e autonomia de agricultores familiares e jovens do campo: o processo de criação da COOPERRICA", escrito por Dimas de Oliveira Estevam, Joelcy José Sá Lanza-rini, Daniel Coral e Renata Tiscoski; "Cooperativa Virtual: o caso da COOFANOVE de Nova Veneza – SC", de Dimas de Oliveira Estevam, Juliana Marcolino, Joelcy José Sá Lanza-rini e Kristian Madeira; e o capítulo "A Cooperativa da agricultura e pesca familiar de Içara (COOPAFI) na perspectiva da Economia Solidária", escrito por Dimas de Oliveira Estevam, Camila Bez Batti, Joelcy José Sá Lanza-rini e Kristian Madeira.

Na sequência, são apresentados os capítulos "Fábrica de estopas mulheres do Mirassol: um empreendimento emancipatório", escrito por Ana Paula Colombo Plácido, Rodrigo Lessa Pereira e Murialdo Canto Gastaldon, e "Economia Solidária e Cooperdus: um relato de extensão universitária", uma contribuição de Patrícia Martins Goulart e Manuela Constante Pereira. Esses capítulos trazem estratégias adotadas por extensionistas da Unesc, com vistas ao empoderamento de comunidades marcadas pela pobreza, situadas no balneário Rincão e bairro Cristo Redentor (Criciúma), respectivamente.

O estudo "Coleta Seletiva Solidária e Inclusão Social: fortalecendo as frentes de trabalho e a rede de solidariedade junto aos catadores e trabalhadores com material reciclável de Criciúma – SC" oferece um panorama sobre as bases em que se estabelece o programa de extensão "Coleta Seletiva – Unesc" e sua valiosa contribuição à cidade de Criciúma, pelas mãos de Rosa Nadir Teixeira Jerônimo e Mario Ricardo Guadagnin.

O capítulo "Economia Popular Solidária, Considerações da Cáritas Diocesana de Criciúma", escrito por Neuza Mafra e Devaneide de Brida, traz uma leitura crítica da história da Economia Solidária no Brasil, associada às vivências da Cáritas.

Por último, o capítulo "Economia Solidária como estratégia de fortalecimento psicossocial: relato de uma intervenção no CAPS II de Criciúma/SC", escrito por Patrícia Martins Goulart e Rodrigo Dias de Vivaz e Soler, faz uma interface entre Economia Solidária e Saúde considerando atividades desenvolvidas com usuários do Sistema CAPS de Criciúma – SC.

Esperamos que este livro seja um caminho de indagações, mais do que de certezas; que alcance um público que se inquiete com a banalização da injustiça social e, ao mesmo tempo, esteja disposto a encontrar soluções criativas em direção ao trabalho que nos represente como pessoas, para além de instrumento de consumo e mercantilização.

Agradecemos a todos aqueles e aquelas que participaram deste projeto, ao apoio estrutural e financiamento da UNESCO, por meio de edital público de Grupos de Pesquisa e de Programas de Extensão, e também ao precioso apoio da EPAGRI, os quais possibilitaram a realização e compartilhamento desta obra.

Patrícia Martins Goulart
Dimas de Oliveira Estevam
Organizadores

PARTE I

ECONOMIA SOLIDÁRIA E PERSPECTIVAS TEÓRICAS

O BEM-VIVER

Euclides André Mance¹

INTRODUÇÃO

Boa noite a todos e a todas. Agradeço à UNESCO pela possibilidade de retornar a esta casa e poder tratar deste tema tão caro em minha reflexão. No ano passado, fiz uma apresentação de caráter mais econômico e, neste ano, pretendo fazer uma apresentação mais filosófica.

De qualquer modo, antes de desenvolver o nosso tema, vale a pena situar rapidamente a dimensão atual da Economia Solidária no Brasil. Como vocês sabem, empresas de Economia Solidária são autogestionadas. Os trabalhadores da empresa são proprietários desta, havendo uma lógica de participação de todos, tanto nos bons resultados obtidos quanto nas dificuldades enfrentadas.

No Brasil, existem 22 mil iniciativas de Economia Solidária que foram mapeadas pelo Governo Federal em 2007, com mais de 1,7 milhão de trabalhadores e trabalhadoras que são proprietários dessas iniciativas. Entre 2001 e 2007, foram criados mais de 10 mil empreendimentos de Economia Solidária e foram gerados, aproximadamente, 800 mil postos de trabalho nesse setor. A produção anual desses 22 mil empreendimentos mapeados – lembrando que nem todos os municípios foram alcançados no mapeamento, havendo muitos empreendimentos não contabilizados – alcança mais de 8 bilhões de reais. Esses empreen-

¹ Euclides André Mance é filósofo. Nos anos 80 e 90 foi professor universitário de Filosofia da Ciência e Filosofia Latino-Americana. Formulou a teoria de redes econômicas solidárias. Colaborou no Governo Lula, como consultor contratado pela Unesco e pela FAO em projetos de Desenvolvimento Sustentável. É coordenador do Instituto de Filosofia da Libertação e diretor de Solidarius Brasil, que mantém o portal solidarius.net com ferramentas de livre uso para organizar redes de economia solidária. Entre seus livros estão *A Revolução das Redes* e *Redes de Colaboração Solidária*, publicados pela Editora Vozes.

dimentos de consumo, produção, intercâmbio, comércio e serviços têm maior participação nas esferas da produção agrícola, artesanal, industrial e de serviços financeiros. Neles foram gerados, em 2007, aproximadamente 1,3 bilhão de reais em remuneração do trabalho.

Nos últimos doze meses anteriores ao mapeamento, foram investidos pelos empreendimentos visitados cerca de 164 milhões de dólares em sua expansão e consolidação, com a maior parte dos recursos gerada por eles próprios. No que refere aos empréstimos feitos pelos empreendimentos do setor, 94% estavam com o pagamento em dia ou em prazo de carência e somente 6% em atraso. Quanto à comercialização, detectou-se que 83% da produção estavam voltadas para o próprio território, para o consumo local. Sobre a articulação colaborativa desses empreendimentos, 43% estavam integrados em alguma rede ou fórum de Economia Solidária.

Como se pode ver, a economia solidária é algo bastante significativo em nosso país, não apenas pelo seu impacto social, mas igualmente pela expansão da democracia na esfera econômica que ela realiza e pelos seus impactos econômicos na vida de milhões de famílias.

O que tratarei hoje, aqui, é justamente sobre o tema do bem-viver, o qual confere um sentido peculiar à economia solidária. Argumentarei que é em função do bem-viver que a economia deve ser organizada.

Nesta reflexão, apresentarei o verbete que elaborei para a *Enciclopédia Latino-Americana de Direitos Humanos*, ainda em fase de finalização para publicação.

A TRAJETÓRIA DO CONCEITO

O termo *bem-viver* é um neologismo ainda ausente dos dicionários, diferentemente do termo *bem-estar*, que neles aparece. E, do mesmo modo que *estar bem* não é o mesmo que *bem-estar*, o *viver bem* ou a *boa vida* não resume o significado de *bem-viver*.

Em 1998, usei essa expressão para dar termo a um conceito filosófico relacionado à realização das liberdades públicas e privadas, nos marcos da filosofia da libertação. Ele surge como *horizonte de sentido* para a realização integrada das liberdades públicas e privadas e para a

práxis de libertação que visa expandi-las e qualificá-las sempre mais, ante as limitações de sua realização histórica, coletiva e individual.

Formulado como *categoria analítica*, contribui para a compreensão crítica da realização concreta das liberdades públicas e privadas e da práxis de libertação, considerando suas condições de possibilidade, particularmente suas dimensões ética, econômica, política e cultural.

Compreendido semioticamente, o bem-viver é um *índice de realidade concreta*, afirmado ou negado na vida de cada uma e de todas as pessoas em níveis diversos. Tal afirmação ou negação está associada ao modo como as pessoas e as sociedades se relacionam entre si; ao grau de acesso que elas têm em relação aos meios necessários para a realização das liberdades privadas e públicas; à forma como esses meios são empregados pelas pessoas e sociedades em relação a tal propósito.

Desse modo, a reflexão sobre a realização ou a negação do bem-viver, singularmente diverso a cada pessoa e particularmente diverso a cada cultura, permite *criticar as relações de opressão e injustiça* que impedem a realização das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas – seja em situações cotidianas, quando qualquer uma das condições necessárias ao bem-viver da pessoa é negada ou prejudicada no seu dia a dia, seja do ponto de vista das formações sociais e históricas constituídas ou que venham a se realizar, como no caso do capitalismo globalizado que concentra a riqueza produzida e exclui grandes parcelas da humanidade de elementos básicos ao bem-viver. Mas permite, especialmente, *criticar a própria práxis de libertação*, evitando que seus desfechos introduzam novas formas de dominação ou opressão.

O bem-viver, portanto, além de ser horizonte de sentido da consistência humana e categoria teórica para análise da realização das liberdades, é semioticamente um índice de realidade. Isto é, trata-se de um signo que faz parte de seu próprio objeto, que é a situação concreta de realização das liberdades pessoais e públicas. E que, em sua condição de índice, independe do acordo comunicativo que se faça a seu respeito.

Assim, do ponto de vista da condição ética do *bem-viver*, por exemplo, o índice do *bem-viver* não se resume em reconhecer a alteridade de outra pessoa ou cultura como digna de realizar-se em sua humanidade, mas trata-se de desejar a sua liberdade eticamente exercida, isto é, desejar a realização de sua liberdade que igualmente promova a

liberdade eticamente exercida dos demais, e colaborar solidariamente para a sua realização, agindo concretamente em favor de que a outra pessoa possa ter acesso aos meios econômicos, políticos, educativos, informativos e outros requeridos à realização ética do seu bem-viver e possa valer-se de tais meios para sua própria libertação – o que somente pode ocorrer de maneira solidária, porque os seres humanos não se libertam sozinhos, dado que a cultura que medeia a práxis de cada qual resulta de fluxos semióticos de uma grande teia social.

É, portanto, analisando o bem-viver a partir dos indicadores de sua realização concreta que podemos avaliar a coerência ética da práxis de libertação em relação aos meios que emprega e aos resultados que faz emergir.

Sob essa perspectiva de coerência ética da práxis de libertação, as redes colaborativas de economia solidária – visando às condições econômicas do exercício da liberdade – foram concebidas como alternativa coletiva capaz de promover o bem-viver das pessoas e comunidades em laços de sustentabilidade econômica, ecológica e solidária. A difusão internacional dessa estratégia de economia solidária, com a tradução de artigos, livros e resoluções de encontros, propagou o conceito de bem-viver na última década, posto ser ele categoria central na definição de colaboração solidária, elemento basilar à organização de redes colaborativas solidárias.

No final do século passado, a tradução de *bem-viver* em alguns idiomas causava certo estranhamento pela adoção de expressões inco-muns à época, tais como *bien-vivir* e *buen-vivir*, em espanhol (MANCE, 1999c), e *bene-vivere*, em italiano (MANCE, 2003a). Em francês empregou-se *bien-vivre* (MANCE, 2003c), expressão já difusa nesse idioma. Em alemão e inglês, adotaram-se expressões como *guten leben* (MANCE, 2000a) e *well-being* (MANCE, 2003b), respectivamente, que talvez não sejam as mais adequadas. Em outras publicações e teses de doutorado em italiano, alemão e inglês, que fazem referência a essa categoria, preferiu-se manter o vocábulo grafado como em português (WEINPOLTER, 2009, p. 63).

Cabe recordar que a expressão latina *bene vivere* foi imortalizada por Sêneca quando este, ao tratar do suicídio, afirmou “*non enim vivere bonum est, sed bene vivere*” (“bom não é viver, mas viver bem”) (SÊ-

NECA). E também por Galeno, por meio de sua distinção entre *vivere* e *bene vivere*. Em francês, a expressão *bien-vivre* foi utilizada em parte da literatura filosófica como tradução da expressão aristotélica *eu zen*, normalmente traduzida em português como *boa vida*.

Mais recentemente, encontrou-se no vocábulo *buen vivir* (em espanhol) uma expressão para os conceitos de *sumaj kamaña*, em quéchua, *sumak kawsay*, em quíchua, e *allin kausaw*, em aimará². Na constituição do Equador, promulgada em 2008, o termo *buen vivir*, como tradução de *sumak kawsay*, aparece 23 vezes, sendo referido inicialmente como uma “forma de convivência cidadã, em diversidade e harmonia com a natureza” e desdobrado, posteriormente, nos direitos do *bem-viver* e no *regime do bem-viver*. Por sua vez, *sumaj kamaña*, traduzido como *vivir bien*, foi incorporado à constituição boliviana, em seu artigo 8º, como um dos princípios ético-morais da sociedade plural que cabe ao Estado assumir e promover.

Assim, a expressão *bem-viver* veio ganhando grande difusão entre os movimentos sociais e políticos latino-americanos, inicialmente, pelo debate sobre os conceitos de economia solidária e de redes colaborativas solidárias; posteriormente, pelas mobilizações populares relacionadas às constituintes boliviana e equatoriana; e, por fim, com a sua popularização internacional, por meio dos discursos dos presidentes Evo Morales (Bolívia) e Rafael Correa (Equador). Em 2010, a organização do Fórum Social Mundial de Porto Alegre considerou o *bem-viver* como elemento constitutivo de uma nova agenda internacional.

Com a difusão do termo, seu conteúdo, no entanto, veio sofrendo adaptações a propósitos diversos em diferentes contextos, correndo-se o risco de seu esvaziamento como categoria analítica e estratégica relacionada à práxis de libertação.

Como veremos a seguir, argumentamos que não se deve limitar a compreensão do *bem-viver* a um referencial utópico, transcendental ou

² Antes da difusão do conceito de *buen-vivir*, a expressão utilizada para tradução de *sumak kawsay* era *buena salud*, como se pode ver no site dedicado à cosmovisão andina, mantido pelo Centro Cultural Andino Tupac Amaru, no qual o dicionário quéchua apresenta a tradução do substantivo *kawsay* como vida e cultura, do verbo *kawsay* como viver e habitar e a tradução da expressão *sumaq kawsay* como *buena salud*. Disponível em: <<http://www.cosmovisionandina.org/runasimi/runasimi.php>>. Acesso em: 2 out. 2011.

metafísico de integração harmônica dos seres humanos entre si e com a natureza e, menos ainda, com a noção aristotélica de *boa vida* ou com a contemporânea noção de *bem-estar* material e espiritual, associada a uma vida saudável e feliz. Isso seria um retrocesso em relação ao seu emprego analítico, deixando de compreender o *bem-viver* como índice de realidade efetiva, em alguma medida, afirmado ou negado concretamente como elemento externo ao discurso sobre a ética, a política, a economia ou a cultura – única possibilidade, em nossa visão, para se criticar satisfatoriamente os acordos estabelecidos no seio das comunidades de comunicação existentes a respeito do que seja aceitável como realização da liberdade.

A NOÇÃO ARISTOTÉLICA DE BOA VIDA

A noção aristotélica de boa vida (*eu zen*) e o modo como Aristóteles relaciona a economia e a política na sua realização influenciaram a cultura e o pensamento político ocidentais. Tal influência é perceptível no trato de temas como *a relação entre sociedade civil e Estado* ou *liberdade e bem comum*, em que ecoam elementos de sua *Política*.

Aristóteles distingue e relaciona entre si a vida e a boa vida. Para ele, a satisfação das necessidades intrínsecas à vida realiza-se na esfera da casa (*oikos*), contando-se para isso com o trabalho do escravo. Ao passo que o asseguramento da *boa vida* somente se alcança na esfera da cidade (*pólis*), isto é, da comunidade política, como resultado da atuação de homens livres. Desse modo, a esfera política depende da esfera econômica, pois a realização da boa vida na cidade supõe a sustentação da vida na casa. Por outra parte, a esfera política, com a autarquia da cidade, igualmente determina a esfera econômica visando assegurar a boa vida dos cidadãos. Assim, a boa vida do cidadão, que por natureza é um homem livre, supõe o trabalho econômico do escravo submetido ao despotismo do seu senhor na esfera da casa.

A família, considerada por Aristóteles como a principal forma de sociedade natural, é completamente organizada quando se compõe de escravos e de pessoas livres. Ela integra "o senhor e o escravo, o marido e a mulher, o pai e os filhos" (ARISTÓTELES, 1991, p. 19). No espaço da casa, cabe ao homem livre, na condição de senhor, marido e pai, exercer

poderes diversos, que são: “despotismo, o poder do senhor sobre o escravo; marital, o do marido sobre a mulher; paternal, o do pai sobre os filhos” (ARISTÓTELES, 1991, p. 19).

Considerando o *poder despótico* na família, destaca Aristóteles (1991, p. 22) que o senhor é proprietário de seu escravo e que dele se vale como de qualquer animal: “o uso dos escravos e dos animais é mais ou menos o mesmo e tiram-se deles os mesmos serviços para as necessidades da vida”. O trabalho do escravo atende, pois, às necessidades da vida da família toda, inclusive às do próprio escravo como membro dela. E como o asseguramento da vida econômica é condição para a realização da boa vida do senhor no exercício político de sua liberdade, o vínculo que se estabelece entre o senhor e o escravo é quase essencial, pois, para Aristóteles (1991, p. 21), o escravo “não somente é destinado ao uso do senhor, como também dele é parte”. Esclarece que “o escravo faz, por assim dizer, parte de seu senhor: embora separado na existência, é como um membro anexado a seu corpo. Ambos têm o mesmo interesse e nada impede que estejam ligados pelo sentimento da amizade, quando foi a conveniência natural que os reuniu” (ARISTÓTELES, 1991, p. 24). Pois conforme o filósofo grego, é um desígnio da natureza “que comande quem pode, por sua inteligência, tudo prover e, pelo contrário, que obedeça quem não possa contribuir para a prosperidade comum a não ser pelo trabalho de seu corpo. Essa partilha segundo ele é salutar para o senhor e para o escravo” (ARISTÓTELES, 1991, p. 16).

De acordo com Aristóteles (1991, p. 25), diferentemente do poder despótico exercido pelo senhor sobre os escravos, o *governo político* “existe para as pessoas que a natureza honrou com a liberdade”. Assim, o governo civil “pertence a todos os que são livres e iguais”. Por isso mesmo, escravos e estrangeiros não sendo respectivamente livres ou iguais, não são cidadãos, ainda que vivam juntos com os homens livres no território da cidade. Esclarece o pensador que “não é apenas para *viver juntos*, mas sim para *bem viver juntos* que se fez o Estado” (ARISTÓTELES, 1991, p. 45). E que, portanto, os escravos e os outros animais “não participam de forma alguma da felicidade pública, nem vivem conforme suas próprias vontades” (ARISTÓTELES, 1991, p. 45). Não participam, pois, da boa vida da *pólis*, nem da felicidade pública por ela mediada.

Em síntese:

A Cidade é uma sociedade estabelecida, com casas e famílias, para viver bem, isto é, para se levar uma vida perfeita e que se baste a si mesma. [...] O fim da sociedade civil é, portanto, viver bem; todas as suas instituições não são senão meios para isso, e a própria Cidade é apenas uma grande comunidade de famílias e de aldeias em que a vida encontra todos estes meios de perfeição e de suficiência. É isto o que chamamos uma vida feliz e honesta. A sociedade civil é, pois, menos uma sociedade de vida comum do que uma sociedade de honra e de virtude. (ARISTÓTELES, 1991, p. 47)

Mas cumpre destacar que, embora todos devam desenvolver suas virtudes, estas possuem caracteres diferentes conforme a natureza de cada um. E, no que se refere à sua gradação, "todos devem possuí-las, mas somente tanto quanto convém a seu estado" (ARISTÓTELES, 1991, p. 36).

Desse modo, "a temperança, a força, a justiça não devem ser [...] as mesmas num homem e numa mulher. A força de um homem consiste em se impor; a de uma mulher, em vencer a dificuldade de obedecer" (ARISTÓTELES, 1991, p. 36). No caso do escravo, "é em bem fazer o seu serviço que consiste a sua virtude; [...] não faltar aos seus deveres nem por má conduta, nem por covardia" (ARISTÓTELES, 1991, p. 36). O desenvolvimento das virtudes, pois, leva a consolidar a ordem estabelecida, que assegura a vida de todos e a boa vida dos homens livres, dos cidadãos.

Vemos, portanto, que o conceito aristotélico de *boa vida* é, eticamente, inaceitável. Sua realização implica na própria negação do *bem-viver* como o concebemos. Pois, ao invés de promover as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas de todos – de modo a assegurar-se a todos, nas melhores condições possíveis, o acesso e o emprego dos meios econômicos, políticos e culturais para a realização dessas liberdades –, funda-se, pelo contrário, no exercício despótico do poder na esfera econômica, na negação do direito à participação política de seres humanos que são considerados seres inferiores por natureza, impedidos de participar da felicidade pública e de viver conforme suas próprias vontades, que devem ser negadas em nome da *virtude* que orienta as condutas, ao final, para reproduzir a mesma relação de dominação que assegura a *cidadania* dos homens livres.

IMPLICAÇÕES MODERNAS E CONTEMPORÂNEAS

Na tradição política democrática que se desdobra desde essa perspectiva, a esfera econômica, em geral, é vista como a esfera da vida privada, espaço de realização dos interesses individuais de cada um segundo sua livre iniciativa, ao passo que a esfera política é vista como a esfera pública, espaço do asseguramento do bem comum, que estabelece regras coletivas eticamente justificadas, impondo-se direitos e deveres para a ação de todos em ambas as esferas. Assim, com a superação do trabalho escravo e servil pelo trabalho assalariado, são estabelecidos novos regramentos políticos para legitimar a exploração do trabalho alheio.

Nesse novo quadro legal, um ser humano não pode ser proprietário de outro ser humano, mas pode contratar o seu trabalho nos termos da lei. Com isso, na esfera econômica, legitima-se a subalternidade do trabalho em relação ao capital que o contrata – posto que sob a lógica do mercado, aí suposta, o trabalho a ser contratado é mais abundante que os postos de trabalho oferecidos pelo capital a contratá-lo. Uma vez celebrado o contrato, cabe ao empregado obedecer às determinações do empregador nos limites impostos pela lei e descritos no contrato firmado por ambos. Premido pela satisfação de suas necessidades, o trabalhador, ao assinar o contrato, renuncia à liberdade de pôr ou dispor plenamente de si mesmo – posto que o tempo de sua vida e o seu trabalho são intrínsecos a si próprio –, para submeter-se a quem o emprega, a quem o usa cotidianamente como capital humano, como fator de produção, em certa parte do dia, nos termos do contrato firmado.

Paradoxalmente, o contrato assinado nos marcos dessa democracia não os coloca, no âmbito da empresa, na condição de homens iguais e livres para decidir democraticamente o que farão em conjunto, em igualdade de condições. Mas abole o exercício democrático do poder nas dependências ou no âmbito da empresa quanto à realização do objeto do contrato, posto que o detentor do capital – respeitada a lei – pode pôr e dispor da mão de obra contratada como considerar melhor para o melhor resultado de sua iniciativa privada; pode demitir e recontratar o trabalhador conforme suas necessidades empresariais para a geração de lucro. E toda a ideologia aristotélica das *virtudes de comandar e de*

obedecer, peculiares ao despotismo do senhor sobre o escravo, será reelaborada aqui nos marcos da gestão dos recursos humanos na empresa capitalista – e quem não desenvolve a virtude de obedecer, vencendo sua própria resistência em submeter-se ao poder alheio que emana do capital que lhe contrata, será demitido, colocando em risco a satisfação das necessidades de sua vida e da vida de sua própria família.

Igualmente, reelabora-se a ideologia sobre o interesse comum de quem manda e de quem obedece para a manutenção do bem-estar de todos, pois, com o sucesso da iniciativa, garantem-se os lucros da empresa e a preservação de postos de trabalho, a acumulação de valor pelos proprietários e acionistas e a remuneração dos empregados, não obstante se ampliem as desigualdades econômicas e a concentração do capital.

A noção de *bem-estar* – como satisfação das necessidades naturais e espirituais dos indivíduos, como situação agradável do corpo ou do espírito, como conforto ou qualidade de vida – foi compreendida tanto na perspectiva do *Livre Mercado*, defendendo-se o papel da livre iniciativa privada na oferta de bens e serviços para a sua realização individual, quanto na perspectiva do *Estado de Bem-Estar Social*, defendendo-se o papel do Estado para a sua realização pública, garantindo-se, nesse caso, padrões mínimos de renda, educação, saúde, habitação e seguridade social ao conjunto da população. O *Estado de Bem-Estar Social* surgiu não apenas como resultado de lutas sociais por novos direitos na satisfação de necessidades vitais de comunidades, grupos e classes sociais, mas igualmente como resposta capitalista ao avanço do socialismo estatal no século XX.

Em ambas as perspectivas, inicialmente citadas, o discurso ético e o sistema político, que enfatizam o papel do Mercado ou do Estado para a realização do bem-estar das pessoas e sociedades, justificam e preservam a subalternidade do trabalho em relação ao capital, protegendo a reprodução do sistema econômico frente às ações que extrapolem o marco da legalidade em seu enfrentamento.

Nesse contexto, cabe ao cidadão, independentemente da sua condição social, assumir virtuosamente suas responsabilidades éticas pelo bem público e subordinar sua atuação privada na sociedade civil à pre-

servação da ordem legalmente estabelecida. Por sua vez, cabe ao *Estado*, nutrido com o valor produzido na esfera econômica pelo trabalho, o qual é arrecadado por meio da cobrança de impostos: assegurar, com o uso do aparato público, os direitos previstos em lei quanto ao exercício das liberdades públicas e privadas; oferecer aos cidadãos serviços públicos essenciais sem, com isso, prejudicar o conjunto das empresas privadas na reprodução ampliada do capital; apoiar ou facilitar a atuação dessas empresas, visando promover o desenvolvimento econômico, a criação de postos de trabalho e a geração de renda.

Em linhas político-filosóficas afins, reafirma-se que a *boa vida* somente se alcança com a determinação ética da vida de cada qual em favor da realização do bem comum; e que o Estado medeia a realização da ideia de liberdade como esfera do acordo possível entre todos, condicionando particularidades da esfera econômica da sociedade à realização universal do bem comum na sua esfera política.

Todavia, se na Grécia antiga cabiam ao escravo as tarefas econômicas que asseguravam a boa vida da *pólis*, modernamente, reproduz-se a subalternidade do trabalho frente ao capital como condição de sustentação do viver de todos. E o princípio democrático de participação de todos na definição dos destinos comuns é restringido na esfera econômica de modo a dificultar ou impedir o controle do trabalho sobre o capital.

Em outras palavras, nas sociedades capitalistas, tem maiores poderes, na esfera econômica, quem detém maiores quantidades de capital – assim, manda quem tem mais “dinheiro”. Na empresa capitalista e, por extensão, na globalização econômica atual, reina a *plutocracia*, isto é, governam os “ricos”, os que detêm o poder econômico. O capital circula pelo mundo como instrumento do interesse de grupos econômicos que, enfrentando resistências populares em proporções diversas, fomentam mudanças políticas e legais nos diversos países, para que possam melhor executar suas operações privadas e realizar os seus lucros. Assim, a *boa vida* dos que detêm o capital contrasta globalmente com a realidade concreta de mais de um bilhão de pessoas que vivem em situação famélica no mundo, desassistidas das garantias mínimas de seu *bem-viver*, negadas na realização de suas liberdades mais elementares, como a de poder alimentar-se com dignidade, por exemplo.

O BEM-VIVER E A COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA NA PRÁXIS DE LIBERTAÇÃO

O principal problema dessa tradição, que perdura desde a Grécia antiga, é a invenção das esferas econômica e política – formuladas e reelaboradas conceitualmente em abordagens metafísicas, idealistas, materialistas, dialéticas, estruturalistas ou sistêmicas –, esferas que se condicionam ou se determinam mutuamente.

Nessa tradição, o deslinde gnosiológico de aspectos da realidade leva a conceber esferas com identidades peculiares, como se elas existissem, de fato, como entes de realidade. Em alguns casos, elas são parcialmente confrontadas, como na defesa do livre mercado no liberalismo; em outros, são interseccionadas, como na defesa do *welfare state* na social-democracia; e, em outros, tentou-se fundi-las com a estatização da economia em vertentes do comunismo, buscando-se, nesse caso, superar a contradição entre ambas as esferas e, com isso, promover a efetivação da universalidade da boa vida para todos.

A invenção dessas esferas, que como instrumentos de pensamento têm serventia para fins analíticos nos quadros de muitas matrizes de pensamento, além das já referidas anteriormente, induz, por outra parte, *quando elas são ontologizadas*, a compreender-se equivocadamente os aspectos econômicos e políticos da própria realidade concreta.

Diferentemente, sob a lógica de redes colaborativas solidárias, não há esferas econômica e política ontologicamente separadas, mas fluxos econômicos e políticos que atravessam todas as dimensões das redes humanas, estejam eles relacionados às necessidades materiais e simbólicas do *bem-viver*, ao exercício de poderes, à educação, à informação etc.

Sob essa lógica, o exercício colaborativo do poder em proveito da libertação de todos, que se manifesta, por exemplo, como democracia política, está igualmente presente nas atividades econômicas – particularmente pela efetividade da autogestão dos empreendimentos pelos trabalhadores – tanto quanto nas ações de interculturalidade dialógica. O exercício livre, colaborativo e eticamente determinado do poder não é peculiar a uma imaginária esfera política separada da esfera econô-

mica no mundo da vida e que a condiciona em alguma medida, mas deve estar presente igualmente em todas as atividades econômicas e culturais. Ele é, pois, um dos indicadores do *bem-viver* das pessoas e das sociedades.

Além de ser uma alternativa ao conceito de *bem-estar*, o conceito de *bem-viver* busca a superação de duas vertentes no debate da ética, que tomam a prática do bem e a proteção da vida como referências para a conduta pessoal e coletiva e que, invariavelmente, acabam em dificuldades quanto à formalidade, transcendentalidade e universalidade do bem e à materialidade, contingencialidade e singularidade da vida. O conceito de *bem-viver* – partindo da premissa segundo a qual fluxos semióticos e materiais permeiam nossa subjetividade/corporeidade e nos integram aos ecossistemas e teias sociais – afirma a unidade material e semiótica tanto do próprio viver quanto da consistência intersubjetiva na realização dialógica e intercultural do *bem-viver* de cada pessoa e de toda a humanidade.

Assim, com essa compreensão da consistência humana em constante devir, encontramos no *bem-viver* – como índice de realidade – um ponto de apoio externo aos acordos simbólicos das comunidades de comunicação historicamente realizadas, servindo o *bem-viver* como elemento de crítica ao exercício das liberdades públicas e privadas em qualquer ação humana. A solução encontrada reside em verificar, com base em signos indiciais – em indicadores de realidade objetiva –, em que medida as condições de realização da liberdade são expandidas ou restringidas pela práxis realizada e, com isso, avaliar em que medida tal práxis é ética ou não, em razão do quanto contribui para a expansão ou para a negação das liberdades públicas e privadas. A partir dessa avaliação, cabe avançar dialógica e praticamente na transformação dos condicionantes do exercício das liberdades em proveito da cotidiana e contínua libertação de todos.

Nesse horizonte, o *bem-viver* de cada pessoa e de toda a humanidade confere sentido à práxis de libertação e permite analisar em que medida as relações econômicas, políticas e culturais são opressivas ou vividas de modo ético, e igualmente orientar o exercício das liberdades públicas e privadas nas ações de colaboração solidária, considerando-se as mediações materiais, políticas, educativas e informacionais, entre

outras, do exercício dessas liberdades. Do mesmo modo que estamos integrados nos fluxos dos ecossistemas, sem os quais não poderíamos existir, estamos integrados nos fluxos sociais, pois não podemos pensar, nos educar ou libertar sem os outros, sem os fluxos antropossemióticos que permeiam nossas subjetividades. Tais fluxos materiais e sociais, dos quais participamos imprimindo neles também a nossa marca, condicionam os processos de subjetivação e socialização humanas, que são duas faces da mesma realidade reticular da consistência humana. O critério para a crítica de toda antropossemiose sobre o *bem* ou a *vida*, no seio do diálogo intercultural nas comunidades de comunicação existentes, é o quanto essa antropossemiose contribui para ampliar a libertação de cada pessoa e de toda a humanidade. O sentido da libertação, por sua vez, reside em aprofundar o *bem-viver* de cada pessoa em suas diversas dimensões. E como o *bem-viver* supõe condições econômicas, políticas e culturais que devem ser eticamente asseguradas a cada pessoa, a partir dele podemos criticar as diversas formações socio-históricas, como a atual globalização capitalista, e as relações cotidianamente vividas no seio das diversas culturas, considerando como as condições do exercício da liberdade são tratadas para o bem-viver de todos.

Por isso, em *Questões Éticas no Mundo Globalizado*, afirmávamos que,

[...] se considerarmos que o objetivo maior da ética é orientar a conduta humana tendo em vista ampliar as liberdades públicas e privadas a fim de promover o bem viver, podemos afirmar que as forças econômicas que animam a globalização estão muito distantes de uma conduta ética. [...] Por somente considerar eticamente defensável a conduta que promova as liberdades públicas e privadas eticamente orientadas, os atores sociais que defendem a democracia substantiva reafirmam a necessidade de que as mediações materiais, políticas, educativas e informacionais sejam compartilhadas socialmente, a fim de que cada ser humano possa desenvolver suas valiosas qualidades, realizando-se a si mesmo como pessoa e contribuindo para a expansão das liberdades públicas e privadas. Isto requer, sob uma perspectiva histórica, a efetivação de um outro modelo de sociedade, em que a economia seja determinada a partir da política, subordinando assim as transações no mercado ao bem viver, eticamente orientado, de toda a humanidade. (MANCE, 1998a, p. 1)

A efetivação de outro modelo de sociedade exige a crítica da realidade de opressão e dominação vigentes, e igualmente a construção teórico-prática de alternativas de libertação.

Com essa perspectiva, o conceito de *bem-viver*, em *A Revolução das Redes* (MANCE, 1999a), torna-se elemento central na compreensão da libertação e da colaboração solidária, inerentes a uma concepção estratégica de revolução não violenta que integra as dimensões econômica, política e cultural em laços reticulares para a ética expansão das liberdades públicas e privadas:

O exercício concreto da liberdade democrática supõe, necessariamente, mediações materiais, políticas, informativo-educacionais e éticas, que devem ser garantidas ao conjunto das pessoas com vistas ao melhor desenvolvimento de suas qualidades humanas. Considerando-se este pressuposto, a práxis econômica da colaboração solidária é concebida como mediação para a ampliação do exercício da liberdade dos que participem das redes, do mesmo modo que a práxis política e cultural, pois a finalidade da vida humana não é a política ou a economia, em particular, mas a ética realização do livre bem viver pessoal e coletivo, que supõe a garantia das mencionadas mediações. [...] O bem viver [...] é o exercício humano de dispor das mediações materiais, políticas, educativas e informacionais não apenas para satisfazer eticamente necessidades biológicas e culturais de cada um, mas para garantir, eticamente, a realização de tudo o que possa ser concebido e desejado pela liberdade pessoal que não negue a liberdade pública. O bem viver solidário implica em respeitar o desejo pessoal e promover a sua realização na igual medida em que se respeita o desejo público e se promove a sua realização. (MANCE, 1999a, p. 15-17)

Pois “o bem viver de todos prospera quando prospera o bem viver de cada pessoa, desejando e promovendo a liberdade dos demais” (MANCE, 2002, p. 72).

COLABORAÇÃO SOLIDÁRIA E BEM-VIVER

A realização do *bem-viver* em uma rede ou comunidade implica, portanto, na colaboração solidária entre os seus membros.

A palavra *colaboração* deriva do verbo latino *collaborare*, que significa trabalhar juntos. A palavra *solidário*, por sua vez, deriva de *solidu*, significando algo forte, que dificilmente se deixa destruir por uma força externa. [...] Colaboração solidária significa, pois, um trabalho e consumo compartilhados cujo vínculo recíproco entre as pessoas advém, primeiramente, de um sentido moral de corresponsabilidade pelo bem viver de todos e de cada um em particular. (MANCE, 1999a, p. 17)

A colaboração solidária é

[...] uma atitude ética que orienta a nossa vida e uma posição política frente à sociedade em que estamos inseridos. Eticamente trata-se de promover o bem viver de cada um em particular e de todos em conjunto, e politicamente de promover transformações na sociedade com esse mesmo fim. (MANCE, 1999a, p. 19)

Assim, tanto o consumo quanto o trabalho solidários visam ao *bem-viver* de todos e possuem uma dimensão ética e política, intrínseca à solidariedade, sendo praticados em favor da expansão das liberdades eticamente exercidas.

O *bem-viver* de cada pessoa está relacionado a sua singularidade e condicionado por: 1) *necessidades naturais*, inscritas em sua condição orgânica, biológica, tais como ar, água e alimentos; 2) *necessidades culturais*, engendradas pelo modo de viver em uma dada sociedade, em determinada época, tais como a necessidade de aparelhos eletrônicos de comunicação nas sociedades urbanas atuais; 3) *desejos*, singularizantes ou alienantes, que se concluem na fruição de elementos naturais ou culturais ou no desfrute de situações diversas, gerando o gozo; 4) *desejos alterativos*, que levam as pessoas a uma aproximação, abertura e acolhimento de outros seres humanos, desejados como alteridade em sua liberdade eticamente exercida. Assim, tanto o viver quanto o bem-viver se realizam num duplo movimento de dependência e de autonomia em relação às outras pessoas e aos ecossistemas. De fato,

[...] viver é sempre depender dos elementos do mundo que satisfaçam nossas necessidades. E cada vez que as satisfazemos, delas nos libertamos momentaneamente em um laço contínuo de

dependência e autonomia. [...] No processo de consumo, matérias e energias externas passam a integrar nossa corporeidade e produtos que são a objetivação de outras subjetividades, de outras vidas, são apropriados em nossa própria vida, mediando nossa subjetivação. Neste nutrir-se do outro, reconhecido como outro, realiza-se o gozo. [...] A vida de cada pessoa, portanto, depende de elementos que lhe são externos e o gozo, como satisfação e alegria, é o momento de reafirmação de nossa liberdade, independência e esperança, de nossa vida, nutrida em suas carências e aberta a novas realizações pela força mesma desse laço de realimentação que nos integra ao cosmos, à natureza, à cultura em meio às complexas relações humanas, em fluxos de matérias e de signos, em constante devir. (MANCE, 2002, p. 152)

O gozo, portanto, revela

[...] a condição particular de cada pessoa, como ser único e separado [...] e ao mesmo tempo dependente da alteridade, enquanto pessoas, matérias e semioses sem as quais não pode viver e muito menos viver bem. Este sentido da consciência da dependência alterativa e do gozo que nos torna independentes, em um ciclo do devir, confere um primeiro sentido ao trabalho – que, ao produzir o que nos falta, torna-nos cada vez mais independentes e refina nossas necessidades e desejos – e está na base mesma da nossa constituição como sujeitos. Quando temos as garantias para a realização de nossa liberdade, nossas necessidades deixam de ser motivos de sofrimento, para se tornarem possibilidades do gozar a vida, do bem viver e da felicidade. (MANCE, 2002, p. 153)

Mas no que se refere ao desejo alterativo, este

[...] nos move em direção às outras pessoas em uma relação de mútuo respeito, de escuta, atenção, acolhimento, ternura, bondade, amor, desejando que a outra pessoa seja livre, seja ela mesma em sua singularidade, em sua distinção. (MANCE, 2002, p. 154)

E não há gozo que possa satisfazê-lo, pois tal desejo alterativo vivido na proximidade aprofunda-se sempre mais quanto mais a proximidade com o outro se realiza. Nessa proximidade se encontram a economia e a política, posto que,

[...] desde a proximidade, todos os produtos já não são mais mercadorias [...] mas tornam-se uma especial mediação, não apenas do gozo na morada, mas da festa da proximidade. [...] O pluralismo, necessário à democracia e à festa, supõe a alteridade das pessoas em suas singularidades que não podem ser concebidas em relação a um padrão qualquer, mas que se relacionam a partir de suas subjetivações na promoção das liberdades. (MANCE, 2002, p. 155)

O CONSUMO E O TRABALHO SOLIDÁRIOS

De fato, o consumo é elemento central à realização do bem-viver e da própria vida em seu fluxo material mais elementar. Sob o horizonte da colaboração solidária, podemos distinguir o consumo para o *bem-viver* e o *consumo solidário* que ocorre quando se consome para promover simultaneamente o bem-viver pessoal e o bem-viver coletivo. Com efeito,

[...] praticar o consumo como mediação do bem viver requer o refinamento das sensibilidades e sentidos humanos, bem como o desenvolvimento de critérios avaliativos a partir dos quais selecionam-se os objetos, dentro das possibilidades de consumo que cada um tenha, que venham a contribuir, da melhor maneira, com a singularização de cada pessoa, com o bem-estar social e com a preservação dos ecossistemas. (MANCE, 1999a, p. 28)

Em *O Capitalismo Atual e a Produção de Subjetividade*, afirmávamos que

[...] o bem viver é sempre, de algum modo, um compartilhar. [...] Assim, o consumo em razão do bem viver, especialmente quando estamos em meio a uma sociedade de excluídos, pode converter-se em um consumo solidário, que tem por finalidade contribuir socialmente para a superação dos consumos compulsório e alienante. (MANCE, 1998b, p. 1)

Em síntese:

O consumo solidário ocorre quando a seleção do que consumimos é feita não apenas considerando o nosso bem viver pessoal, mas

igualmente o bem viver coletivo. Esse tipo de conduta somente se torna possível quando as pessoas compreendem que a produção encontra a sua finalidade – ou o seu acabamento – no consumo e que ele tem impacto sobre todo o ecossistema e sobre a sociedade em geral. Em outras palavras, o consumo é a última etapa de um processo produtivo e as escolhas de consumo – feitas pelos indivíduos em particular e pela sociedade como um todo – podem influenciar [...] na geração ou manutenção de postos produtivos em uma dada sociedade, na preservação de ecossistemas, na reciclagem de materiais, no combate à poluição, na promoção do bem-estar coletivo da população de sua comunidade, de seu país e do planeta. (MANCE, 1999a, p. 29)

Por essa razão, “na medida em que o consumo solidário se expanda, ele [...] poderá ser mediação de uma nova forma de economia em que seja abolida a exploração dos trabalhadores” (MANCE, 1998b, p. 1). Isso é possível, pois a prática do consumo solidário – que se realiza pelo consumo de produtos e serviços gerados nos circuitos econômicos solidários, nos quais, pela prática da autogestão, é superada a subalternidade do trabalho em relação ao capital – contribui, economicamente, para expandir de maneira sustentável a produção solidária das condições materiais de realização das liberdades públicas e privadas. O valor econômico dispendido nesse consumo, sendo reinvestido solidariamente pelas empresas que o recebem, possibilita remontar as cadeias produtivas de maneira econômica, social e ecologicamente sustentável em prol do bem-viver de todos.

Cabe, portanto, compreender o consumo em três diferentes aspectos: como momento de realização de fluxos materiais e semióticos que integram nossa subjetividade à subjetividade de outras pessoas, a coletividades e culturas que, pelo trabalho, exteriorizam-se nos produtos, nos serviços que consumimos; como momento de realimentação, produção e reprodução natural e social de nossa vida, condição básica de nossa subjetivação como pessoa; como ato ético e político pelo qual podemos colaborar na transformação das sociedades em prol do bem-viver de todos. Com efeito, exercendo eticamente nossa liberdade, podemos interferir solidariamente nesses fluxos materiais e semióticos de consumo com vistas a construir novos mundos possíveis, em que a consistência humana de cada pessoa possa se realizar sustentavelmente em níveis mais elevados de bem-viver.

Cabe destacar que os

[...] fluxos materiais e semióticos nos perpassam e estratificam, circulando em cada outro com quem estamos integrados nesta grande rede da vida. Exercer nossa liberdade para fazer com que esses fluxos promovam o bem viver de todos significa também consumir aquilo que é produzido humanamente, sem exploração ou degradação ambiental, para que o bem viver se propague entre todas as pessoas e os ecossistemas sejam mantidos sustentavelmente. Consumir nesta solidariedade significa reconhecer aquele que produz em sua dignidade humana, afirmar que desejo a sua liberdade e que compartilho sua vida, que pelo meu ato de consumo revive em mim, confirmando-o em meu desejo, em minha lucidez, em minha utopia e em meu amor. É reconhecer que na materialidade de meu corpo incorporo, pelo consumo de sua subjetividade objetivada [no fruto de seu trabalho], seu anseio por justiça e a satisfação de seu bem viver. (MANCE, 2002, p. 84)

Nessa mesma perspectiva de consistência e de sustentabilidade solidárias, integram-se os laços de autorreforço econômico e de auto-equilíbrio ecológico e social:

[...] o labor e o consumo solidários voltados ao bem viver, como exercício de liberdades públicas e privadas, estão mediados por antropolosismos que, veiculando informações sobre a dinâmica da rede, possibilitam compor, tendencialmente à melhor condição, o auto-reforço da expansão econômica com a auto-equilíbrio social e ecológica da rede como um todo. (MANCE, 2002, p. 64)

Essa sustentabilidade econômica, ecológica e solidária possibilita assegurar não apenas o gozo da vida, mas o bem-viver de todos pela produção e justa distribuição dos meios materiais que lhe sejam requeridos; pela manutenção do equilíbrio dinâmico dos ecossistemas, em favor das gerações presentes e futuras; pelo desenvolvimento das relações sociais e interculturais fundadas no desejo do outro em sua liberdade. Levando em conta apenas os meios materiais que lhe são requeridos,

[...] engana-se quem acredita que basta acumular muitas riquezas materiais para que se possa realizar o bem viver. Do mesmo modo

é um equívoco imaginar que sem satisfatórias mediações materiais alguém possa praticá-lo. (MANCE, 1999a, p. 18)

Cabe compreender, igualmente, que apenas uma parte dessas mediações materiais é fruto do trabalho ou da cultura e salientar que outra parcela essencial à vida e ao bem-viver é naturalmente servida pelos ecossistemas ou engendrada em processos naturais. Com efeito,

[...] o trabalho permite satisfazer as necessidades e desejos, gerar seguranças e tranquilidades, suportar materialmente a realização do bem viver. [...] Gozar a vida, entretanto, não se reduz a usufruir dos frutos do trabalho. Pois viver é depender de infinitos fluxos e conexões em que nosso corpo e subjetividade estão integrados a outras materialidades e sentidos que escapam a qualquer ato produtivo ou intencionalidade semiótica – como o ar que respiramos, o calor do sol, a biossemiose da reprodução de nossas células. [...] Do ponto de vista subjetivo, compreender-se integrado aos ecossistemas e à sociedade, em fluxos materiais e semióticos que nos permitem possibilitando a nossa consistência, implica em fruir desses fluxos, consumir e produzir, em função do bem viver, do gozar a vida em proximidade. (MANCE, 2002, p. 158; 125)

Cabe ainda destacar que

[...] o gozo, entretanto, não é o indicador necessário do bem viver. [Pois] nas situações de sofrimento e tristeza inerentes à nossa vida [...] também podemos experimentar o bem viver, quando na proximidade das pessoas que nos acolhem somos confortados e auxiliados em nossas dificuldades e limitações [...] No cerne do bem viver reside, pois, a solidariedade. (MANCE, 2002, p. 159–160)

O consumo solidário, que realimenta os laços de sustentabilidade anteriormente referidos, supõe o trabalho solidário que se realiza gerando meios econômicos (bens e serviços) com vistas à afirmação e expansão do bem-viver de todas as pessoas, particularmente: 1) dos que trabalham colaborativamente em todas as etapas das cadeias produtivas em que tais meios são gerados; 2) dos que irão consumir ou usufruir do que resulta desse trabalho; 3) daqueles que possam se beneficiar com os excedentes de valor econômico gerados pela atividade, tais como

comunidades e redes colaborativas, particularmente para a criação de novos empreendimentos produtivos que atuem sob a autogestão em laços de sustentabilidade, ampliando a diversidade e a oferta de bens e serviços solidários. Em síntese, o consumo solidário realimenta sustentavelmente a produção que, por sua vez, não tem como finalidade última acumular valor econômico, mas gerar e distribuir meios econômicos que atendam sustentavelmente ao bem-viver pessoal e público. Desse modo, as iniciativas laborais da economia solidária contribuem para a expansão das liberdades públicas e privadas.

LAÇOS ECONÔMICOS, POLÍTICOS E CULTURAIS SOLIDÁRIOS

Sob o paradigma da complexidade peculiar à vertente da filosofia da libertação que assumimos, economia, política e cultura solidárias estão integradas em laços que se retroalimentam.

Nas redes de colaboração solidária a vida é partilhada não apenas cultural e politicamente (em fluxos semióticos que medeiam exercícios democráticos de poder), mas economicamente em fluxos materiais que realimentam a reprodução social da vida de todos. De fato o viver de cada um, suas atividades de produção e consumo realimentam as possibilidades do bem viver dos demais. Em cada ação prática nossa subjetividade se objetiva em diversos produtos ou relações, que de algum modo mediatizam a vida de outras pessoas e, neste momento, a nossa subjetividade objetivada é subjetivada por outro, convertendo-se em mediação de sua própria vida. (MANCE, 2002, p. 83)

Considerando os laços econômicos que integram fluxos materiais e de valor, busca-se nas redes colaborativas integrar estrategicamente os processos de consumo, comercialização, produção, financiamento e desenvolvimento tecnológico em um

[...] sistema harmônico e interdependente, coletiva e democraticamente planejado e gerido, que serve ao objetivo comum de responder às necessidades da reprodução sustentável do bem viver das pessoas em todas as suas dimensões, inclusive nos âmbitos da cultura, arte e lazer. (MANCE, 2002, p. 245)

A estratégia da revolução das redes orienta-se, assim, pela **propagação** do bem-viver, considerando todas as dimensões da vida, **almejando**

[...] o ingresso da humanidade não apenas em um novo ciclo virtuoso de crescimento econômico, mas em uma nova forma política e culturalmente solidária de organizar-se a vida dos povos e das pessoas entre si, promovendo-se o bem viver de todos e ampliando-se as liberdades públicas e privadas, garantindo-se a todas as pessoas as mediações materiais, políticas, informativas e educativas para a realização ética de sua singularidade e para a democrática sustentação do bem comum. (MANCE, 2000a, p. 1)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A beleza de um conceito reside em sua capacidade de fecundar **novas** ideias e ser fecundado por outras tantas; gerar o novo e **transformar-se** pela interculturalidade na proximidade dos encontros verdadeiramente humanos, pois, como é próprio da consistência humana, não **podemos** pensar sem os outros. Cabe, portanto, recriar continuamente o conceito de bem-viver pelo diálogo intercultural, mas sempre no **horizonte** de potencializar cada vez mais a práxis de libertação de todas as **pessoas** e de todos os povos, que nunca é isenta de limitações, tanto **práticas** quanto conceituais.

Na argumentação aqui apresentada, afirmamos o *bem-viver* como o **exercício** humano de compartilhar solidariamente as mediações **econômicas**, políticas, educativas e informativas para satisfazer eticamente as **necessidades** e desejos de cada pessoa, compondo da melhor maneira a **realização** das liberdades públicas e privadas de todos. O bem-viver, **assim** compreendido, implica em respeitar o desejo pessoal e promover a **sua** realização, na igual medida em que se respeita o desejo público e se **promove** a sua realização. Pois o bem-viver resulta do reconhecimento e **acolhimento** de cada pessoa em sua singularidade e da valorização da **diversidade** de toda cultura que promova as liberdades públicas e privadas eticamente exercidas. Cabe, por fim, destacar que o bem-viver, **estrategicamente** considerado, exige a relação colaborativa entre as pessoas e **os** povos. E tanto maior será quanto mais todos colaborarem em favor da **expansão** das liberdades públicas e privadas eticamente exercidas.

REFERÊNCIAS

ARISTÓTELES. *A política*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

MANCE, Euclides André. *Questões Éticas no Mundo Globalizado*. In: SEMANA FILOSÓFICA DA UFES. 5., 1998, São Mateus. São Mateus: UFES, 1998a. Disponível em: <<http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/questoes.htm>>. Acesso em: 2 out. 2011.

MANCE, Euclides André. *O Capitalismo Atual e a Produção de Subjetividade*. In: SEMANA DE FILOSOFIA DA UFES. 5., 1998, São Mateus. São Mateus: UFES, 1998b. Disponível em: <<http://solidarius.com.br/mance/biblioteca/subjetividade.htm>>. Acesso em: 2 out. 2011.

MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes*. CEPAT – *Informa*, Curitiba, n. 46, p. 10–19, dez. 1998c.

MANCE, Euclides André. *A Revolução das Redes*. Petrópolis: Vozes, 1999a.

MANCE, Euclides André. *A Colaboração Solidária: compreendendo, transformando e conectando o que já existe*. CEPAT – *Informa*, Curitiba, n. 48, p. 10–19, mar. 1999b.

MANCE, Euclides André. *La Colaboración Solidaria como una Alternativa a la Globalización Capitalista*. Curitiba: IFIL, 1999c. Disponível em: <<http://www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/alternativa2.htm>>. Acesso em: 2 out. 2011.

MANCE, Euclides André. *Die solidarische Zusammenarbeit als eine Alternative zur kapitalistischen Globalisierung*. In: FORNET-BETANCOURT, Raúl (Org.). *Kapitalistische Globalisierung und Befreiung*. Frankfurt: IKO-Verlag, 2000a.

MANCE, Euclides André. *Redes de Colaboração Solidária*. Petrópolis: Vozes, 2002.

MANCE, Euclides André. *La rivoluzione delle reti: L'economia solidale per un'altra globalizzazione*. Bologna: EMI, 2003a.

MANCE, Euclides André. *Solidarity-Based Cooperation Networks*. Curitiba: IFIL, 2003b. Disponível em: <www.solidarius.com.br/mance/biblioteca/redecolaboracao-en.pdf>. Acesso em: 2 out. 2011.

MANCE, Euclides André. *La révolution des réseaux: la collaboration solidaire comme alternative postcapitaliste à la mondialisation*. Paris: Descartes & Cie, 2003c.

WEINPOLTER, Irene. *Das Potential von Aus-und Weiterbildung in der Solidarökonomie für die Lokalentwicklung in Brasilien*. 2009. Tese [Doutorado] – WU Vienna University of Economics and Business, Viena, 2009. Disponível em: <<http://epub.wu.ac.at/1931/1/document.pdf>>. Acesso em: 2 out. 2011.